



Um conceito em reflexão: o “populismo” e a sua operacionalidade.

Alessandro Batistella*

Resumo: Na presente comunicação pretendemos refletir sobre o conceito de “populismo”, um conceito que vem sendo, nos últimos vinte anos, debatido por historiadores, sociólogos e cientistas sociais e constitui atualmente em um dos mais complexos, polêmicos e “espinhosos” na academia brasileira. Dessa forma, nos limites do nosso texto, pretendemos analisar os principais argumentos que envolvem esse debate, além de refletir acerca da operacionalidade ou não do conceito de “populismo”.

Palavras-Chaves: Populismo. Política. Trabalhadores.

Abstract: In the present communication we intend to reflect on the concept of “Populism”, a concept that comes being, in last the twenty years, debated for social historians, sociologists and scientists and constitutes currently in one of most complex, controversial and “prickly” in the Brazilian academy. Of this form, in the limits of our text, we intend to analyze the main arguments that involve this debate, beyond reflecting concerning the operationalization or not of the concept of “Populism”.

Keywords: Populism. Politics. Workers.

Considerações Iniciais

No presente trabalhos pretendemos refletir sobre o conceito de “populismo”, um conceito que vem sendo, nos últimos vinte anos, debatido por historiadores, sociólogos e cientistas sociais. Não por acaso, o debate envolvendo o “populismo” é atualmente um dos mais complexos, polêmicos e espinhosos na academia brasileira.

Sem dúvida, a tentativa de se conceituar ou reconceituar o “populismo” não é uma tarefa das mais fáceis. Norberto Bobbio (et al, 1986) observa que as definições de “populismo” são imprecisas, ambíguas e que os modelos e tipologias são confusos e contraditórios. Soma-se a isso o fato do termo ser utilizado para denominar fenômenos históricos muito diferentes.

* Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço Eletrônico: alessandrobattistella@yahoo.com.br



Nos limites do nosso texto, pretendemos analisar os principais argumentos que envolvem esse debate sobre o populismo, além de refletir acerca da operacionalidade ou não do conceito de “populismo”.

Primeiramente, iremos focalizar nossa análise, de uma forma sucinta, sobre a trajetória do referido conceito no Brasil. Nesse sentido, iremos verificar como a teoria da modernização, os estudos do Grupo de Itatiaia e os trabalhos de Francisco Weffort e Octávio Ianni contribuíram para a construção de uma teoria, que irei denominar como “clássica”, e para a consolidação do conceito de “populismo” no país.

Em um segundo momento, iremos refletir sobre como as contribuições de Edward P. Thompson, a nova história do trabalho e a história cultural influenciaram uma nova geração de historiadores a fomentarem uma série de novos estudos que criticaram duramente algumas das premissas que sustentam a “teoria clássica do populismo”. Contudo, poderemos perceber também que tais estudos ainda estão longe de um consenso, divergindo em relevantes aspectos.

E, por fim, iremos concluir tecendo algumas reflexões sobre a operacionalidade ou não do conceito de “populismo”.

1. Breve Trajetória de um Conceito

Ao pesquisarmos os jornais brasileiros (sejam eles da capital ou do interior) da década de 1940, poderemos perceber que o termo “populismo” já era habitualmente utilizado. Porém, o seu sentido era bem diverso: na verdade, “populismo” era utilizado como sinônimo de “popular” e tinha uma conotação positiva.

No entanto, este conceito passaria por uma intensa metamorfose a partir das décadas de 1950 e 1960, quando a academia brasileira passou a dedicar-se ao estudo sistemático do fenômeno do “populismo”. A partir de então, o “populismo” passaria a ter uma conotação pejorativa.

Como lembra Jorge Ferreira (2001), nos anos 1950 e 1960, a teoria da modernização teve um grande impacto sobre a construção do conceito de “populismo”. Nesse sentido, dois importantes intelectuais argentinos, os sociólogos Gino Germani e Torcuato di Tella, influenciados pela teoria da modernização, definiram o “populismo” como um período de transição entre a sociedade tradicional (rural e agrária) para a sociedade moderna (urbana e



industrial) – uma espécie de epifenômeno de um estágio específico do desenvolvimento econômico –, período esse em que as populações rurais, “inexperientes politicamente e acostumadas às relações clientelistas”, se deslocavam do campo para a cidade¹.

Apesar das críticas, algumas das idéias da teoria de Germani e di Tella ecoaram com força, sendo importantes para as primeiras formulações do “populismo” no Brasil, realizadas por um grupo de intelectuais que ficaram conhecidos como Grupo de Itatiaia². Influenciados pela teoria da modernização, os intelectuais desse grupo assim definiram o populismo:

Em primeiro lugar, o populismo é uma política de massas, vale dizer, é um fenômeno vinculado à proletarização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe: não estão organizados e participando da política como classe. As massas, interpretadas pelo populismo, são originárias do proletariado, mas dele se distinguem por sua inconsciência das relações de espoliação sob as quais vivem. Só a superação desta condição de massificação permitiria a libertação do populismo ou a aquisição da verdadeira consciência de classe. [...].

Em segundo lugar, o populismo está igualmente associado a uma certa conformação da classe dirigente, que perdeu sua representatividade e poder de exemplaridade, deixando de criar os valores e os estilos de vida orientadores de toda a sociedade. Em crise e sem condições de dirigir com segurança o Estado, a classe dominante precisa conquistar o apoio político das massas emergentes. Finalmente satisfeitas estas duas condições mais amplas, é preciso um terceiro elemento para completar o ciclo: o surgimento do líder populista, do homem carregado de carisma, capaz de mobilizar as massas e empolgar o poder (GOMES, 2001, p. 24-25).

Ainda segundo Angela de Castro Gomes (2001, p. 25-26), convém destacar aqui três variáveis efetuadas na construção do conceito de “populismo”: a) um proletariado sem consciência de classe; b) uma classe dirigente em crise de hegemonia; c) um líder carismático.

Um dos principais intelectuais do Grupo de Itatiaia, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos assim definiu o “populismo” no Brasil:

¹ Conforme essa perspectiva, o conceito de populismo foi transformado em uma teoria universal, ou seja, o populismo se transformou em uma fase intermediária do desenvolvimento capitalista. Assim, houve populismo nos Estados Unidos, na Rússia, na Europa e na América Latina (Cf. IANNI, 1989).

² Segundo Angela de Castro Gomes (2001, p. 22-23), o Grupo de Itatiaia era formado por um grupo de intelectuais que, a partir de agosto de 1952, patrocinados pelo Ministério da Agricultura, realizavam reuniões periódicas em Itatiaia (entre o Rio de Janeiro e São Paulo) visando a discutir os problemas políticos, econômicos e sociais relacionados ao desenvolvimento do país. Em 1953, esse grupo criou o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e passaram a publicar os *Cadernos do nosso tempo*. Entre os intelectuais do Grupo de Itatiaia, destacaram-se os sociólogos Hélio Jaguaribe e Alberto Guerreiro Ramos.



[...] o populismo ocorreu, sobretudo, a partir de 1945, pois com o fim do Estado Novo o país conheceu, no plano político, uma mínima de probidade nas eleições e, no plano econômico, uma industrialização mais consistente. Assim, o populismo, como uma ideologia pequeno-burguesa, procurou mobilizar politicamente “as massas” nos períodos iniciais da industrialização. Além disso, os assalariados não apresentavam a “consciência de classe” que caracterizava os trabalhadores providos de longas tradições de lutas, uma vez que as classes sociais ainda não tinham se configurado. Resumindo, a classe trabalhadora apresentava-se como “povo em estado embrionário”. São trabalhadores com escasso “treino partidário” e “tímida consciência de direitos”, o que os tornava “incapazes” de exercer influência sobre os políticos populistas. (FERREIRA, 2001, p. 69).

A partir da década de 1960, dando continuidade à essa linha interpretativa, as reflexões sobre o “populismo” chegariam às universidades. Dois dos principais teóricos do populismo no Brasil serão Francisco Weffort e Octávio Ianni.

Em *O populismo na política brasileira*³, Weffort dirá que o populismo, surgido após um longo processo de transformação da sociedade brasileira desde 1930, se manifestará de duas maneiras: como um estilo de governo e como uma política de massas. Ademais, Weffort também traria, para a época, uma importante novidade por meio da premissa do tripé “repressão, manipulação e satisfação” para explicar o sucesso do “populismo” no Brasil. Em outras palavras, a conjugação da repressão estatal com a manipulação política das massas e a satisfação dos trabalhadores ao verem algumas de suas demandas atendidas daria origem ao “pacto populista”⁴.

Octávio Ianni, por sua vez, procurando analisar a história política brasileira e as razões do golpe civil-militar de 1964, publicou, em 1968, *O colapso do populismo no Brasil*. Nessa obra, Ianni vai delimitar temporalmente o populismo entre os anos de 1945 a 1964, período denominado de “democracia populista”. Ademais, Ianni vê no golpe civil-militar de 1964 o resultado do esgotamento do “populismo” no Brasil, isto é, o colapso de um modelo de desenvolvimento econômico característico de um período de transição (de uma sociedade de base agrária para uma sociedade urbana e industrial) conduzido por um Estado

³ *O populismo na política brasileira*, publicado em 1978, aglutina (com revisões) artigos publicados pelo autor na década de 1960 (ver primeira parte do livro) e capítulos da sua tese de doutoramento apresentada à USP, em 1968 (ver a segunda parte do livro).

⁴ Segundo esse pacto, “os trabalhadores, a partir de cálculos utilitários sobre suas perdas e ganhos, trocaram os benefícios do acesso aos direitos sociais pela submissão política” (FERREIRA, 1997, p. 15).



intervencionista e por líderes carismáticos, que buscam legitimar-se através da política de massas.

Ainda segundo Ianni, essa política de massas seria uma forma de organizar, controlar e utilizar a força política da classe trabalhadora, que, em virtude da sua origem rural, seu atraso cultural e sua inexperiência política, estava destituída de uma consciência de classe. Dessa forma, eram facilmente galvanizados e instrumentalizados pelas lideranças carismáticas.

Aliás, convém salientar que além da teoria da modernização, Weffort e Ianni também iriam utilizar (e também contribuir) de outras reflexões que estavam surgindo na década de 1960: os primeiros estudos sobre o movimento operário e sindical brasileiro, realizados por intelectuais como Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Azis Simão e José Albertino Rodrigues, entre outros. Em geral, os trabalhos desses autores, embora possuam particularidades, trilham um mesmo horizonte, uma espécie de “síntese geral”: enalteciam os anos 1910 como os anos dourados do anarquismo e dos movimentos reivindicatórios da Primeira República; atribuíam à retração dos movimentos contestatórios nos anos 1920 ao incipiente êxodo rural, uma vez que os trabalhadores rurais não tinham experiências de luta; e caracterizavam o sindicalismo do período pós-1930 como burocrático e acomodado, perdendo sua autonomia e seu ímpeto revolucionário.

Em geral, as teorias sobre o populismo de Ianni e Weffort, assim como os primeiros estudos sobre o movimento operário e sindical brasileiro, foram produzidos em um contexto pós-golpe de 1964, o que levou esses intelectuais a refletirem sobre o momento histórico que estavam vivendo, procurando entender as razões do golpe, além de buscarem alternativas e/ou soluções para a superação desse período nebuloso. E foi nesse contexto, tentando entender as razões do golpe civil-militar de 1964, que surgiram algumas teorias, como a do “desvio” e do “cupulismo”.

A teoria do “desvio” baseia-se em uma visão teleológica do marxismo, de que a classe operária, ao tomar consciência de classe, teria um caminho natural a seguir (a revolução socialista). No entanto, a política “populista”, através da repressão, da manipulação e da cooptação teria incapacitado os trabalhadores a qualquer iniciativa autônoma e muito menos a criarem uma “verdadeira” consciência de classe.



Por sua vez, na teoria do cupulismo “os trabalhadores seriam reféns da política ditada pelas suas lideranças” (COSTA, 1999, p. 90), que agiam sem consultar os trabalhadores⁵. Dessa forma, o cupulismo seria responsável pelo êxito da política “populista” no seio do movimento operário, uma vez que os operários estavam ou nas mãos de lideranças pelegas ou nas mãos de lideranças comunistas, que cometiam uma série de equívocos e “erros estratégicos imperdoáveis⁶” (como, por exemplo, a adoção de um “nacionalismo cego” e as alianças com sindicalistas petebistas).

Em suma, o “populismo” – que teria desviado a classe operária – e o cupulismo tornaram-se fatores explicativos para a suposta fraqueza do movimento operário diante do golpe civil-militar de 1964, que foi implantado sem maiores resistências.

Portanto, paulatinamente, difundiu-se uma vertente explicativa que passou a desmerecer a história social e política brasileira entre os anos de 1930 e 1964. Particularmente ao contexto 1945-1964, esse passou a ser denominado, até mesmo pejorativamente, como o tempo da “democracia populista” (ou da “república populista”) e do “sindicalismo populista”. Ora, não é por acaso que se tornou comum a história do Brasil do período 1930-1964 ser simplificada (sobretudo nos manuais escolares) como o período dos políticos populistas, demagógicos e carismáticos, do sindicalismo pelego, dos trabalhadores domesticados, sem autonomia, vitimados por uma modernização incompleta e manipulados por um Estado paternalista e coercitivo (sobretudo no Estado Novo).

E mais, seguindo uma perspectiva linear, progressiva e até mesmo teleológica da história, o período populista era um período datado, transitório, um estágio do processo do desenvolvimento capitalista (caracterizado pela proletarização dos camponeses, pela crise de hegemonia das antigas oligarquias agrárias, pelo pacto entre as diversas classes sociais e pelo fascínio das massas aos líderes carismáticos). Enfim, era um período que deveria ser esquecido ou lembrado como uma “triste época”.

Baseando-se nessas premissas, o Novo Sindicalismo, que emergiu no cenário social e político brasileiro no final da década de 1970, procurou cunhar a sua auto-identidade: como oposição ao “velho” sindicalismo pelego do período 1930-1964, surgia um “novo”

⁵ Conforme Hélio da Costa (1999, p. 90), o sindicalismo cupulista pode ser assim caracterizado: “ausência de organização nos locais de trabalho em contraponto ao esforço destinado à construção de estruturas paralelas fortemente verticalizadas; distância em relação às reivindicações ligadas às condições de vida dos trabalhadores; recusa em romper o atrelamento dos sindicatos ao Estado”.

⁶ Nesse sentido, Francisco Martinho (1996), lembra que as análises de Francisco Weffort são duras com o PCB, inclusive o responsabilizando pelo predomínio da estrutura corporativa no período de 1945 a 1964.



sindicalismo, que sepultaria o colaboracionismo e o cupulismo, assumindo a defesa dos interesses dos trabalhadores⁷.

Concluindo essa seção, convém ressaltar algumas observações pertinentes. Em primeiro lugar, a teoria “clássica” do “populismo” apresenta os trabalhadores brasileiros do período 1930-1964 como passivos, destituídos de experiência e consciência de classe (ou com as suas experiências atreladas ao “populismo”), facilmente manipulados e cooptados por um Estado paternalista e por líderes carismáticos e demagógicos, que os teriam desviado de seu caminho histórico natural.

Assim, conforme observou Jorge Ferreira (1997, p. 14),

[...] a história da classe trabalhadora a partir de 1930 reduz-se a uma espécie de “conspiração” das classes dominantes sempre criadoras de dispositivos ideológicos, mecanismos eficientes de controle social, meios habilíssimos de propaganda política, instrumentos sutis de doutrinação das mentes, entre outros meios, para manipular, dominar e desvirtuar os trabalhadores de seus “reais e verdadeiros” interesses.

Dessa forma, durante o período populista (1930-1964) os trabalhadores e demais segmentos populares “assistem” mais a tal processo do que “agem” sobre ele. Em outras palavras, são *pacientes* e não *agentes* da sua história.

Em segundo lugar, a teoria “clássica” do “populismo” carece de precisão, uma vez que aglutina, “em um mesmo saco”, projetos políticos (nacional-desenvolvimentismo *versus* liberalismo), lideranças (Getúlio Vargas, João Goulart, Adhemar de Barros, Jânio Quadros, Leonel Brizola, etc.) e partidos políticos tão díspares e até mesmo antagônicos entre si. Dessa forma, a importante experiência democrática que vivenciou o país entre 1945 e 1964 – caracterizadas pela afirmação dos partidos políticos, pelo crescimento eleitoral, pela ideologia nacional-desenvolvimentista, pela ascensão e consolidação de movimentos sociais urbanos e rurais e dos trabalhadores como importantes atores políticos, entre outras coisas – acaba sendo simplificada na idéia de que políticos personalistas e maquiavélicos manipulavam e controlavam um povo apático e alienado.

Contudo, a partir de meados da década de 1980 e, sobretudo, a partir da década de 1990, surgiram novos estudos sobre o movimento operário e sindical brasileiro, sobre o

⁷ Sobre os limites do discurso e da auto-imagem cunhada pelo Novo Sindicalismo, ver principalmente os artigos de Alexandre Fortes, Fernando Teixeira da Silva, Hélio Costa na coletânea *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho* (1999).



trabalhismo e a história política do país, entre outros, que iriam criticar e rever algumas das premissas que sustentam a teoria clássica do “populismo”.

1. O colapso do conceito de “populismo”?

A partir de meados da década de 1980, a influência de Edward P. Thompson promoveu uma oxigenação nos estudos sobre o movimento operário e sindical no Brasil. Afastando-se do viés estruturalista e aproximando-se da antropologia, a “*history from below*” (história vista de baixo) thompsoniana “colocou as noções de experiência e cultura no cerne das análises sobre a ação social”. Dessa forma, “o desenvolvimento da problemática tendeu rapidamente a ultrapassar o interesse inicial no ativismo operário, para concentrar-se na compreensão da experiência das pessoas comuns, no passado, e de suas reações a esta própria experiência” (CASTRO, 1997, p. 51).

Referindo-se à experiência, Thompson (1981, p. 182) diz que

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.

Emília Viotti da Costa (2001, p. 20-21) atesta a influência thompsoniana na nova história do trabalho latino-americana: houve uma passagem do estudo das lideranças para o estudo da base; do estudo dos sindicatos e partidos políticos para o estudo da cultura dos trabalhadores; do estudo do movimento organizado dos trabalhadores para o estudo da grande maioria dos trabalhadores que nunca se filiaram a um sindicato, entre outros. Em outras palavras, “enquanto no passado os historiadores falavam de ‘estruturas’, agora falam de ‘experiência’”.

Em suma, a influência de Edward P. Thompson contribuiu para que uma nova geração de historiadores, sobretudo do movimento operário e sindical brasileiro, dedicassem uma atenção especial à cultura, à vida cotidiana, às identidades sociais dos trabalhadores, entre outras coisas. Dessa forma, tais estudos contribuíram para derrubar as idéias da passividade



dos trabalhadores no pós-1930 e à uma crítica revisionista acerca do cupulismo, da teoria do desvio e do conceito de falsa consciência.

No Brasil, um dos trabalhos pioneiros, nesse sentido, foi *A invenção do trabalhismo*, de Angela de Castro Gomes, publicado em 1988. Segundo a autora, nessa obra ela queria

[...] recusar radicalmente as idéias de uma classe trabalhadora passiva e sem “uma verdadeira consciência”, sendo, por isso, manipulada e enganada por políticos cínicos e inescrupulosos que, sem bases partidárias, fundavam sua representatividade em prestígio pessoal. Por outro lado, queria enfatizar as idéias de uma classe trabalhadora sujeito de sua história, que se relacionava com políticos cujas bases de atuação excediam o personalismo e se combinavam com instituições partidárias e sindicais, e também com políticas públicas de alcance social, em parte implementadas. Enfim, queria destacar a existência de uma relação dinâmica entre Estado e classe trabalhadora, em que as idéias e práticas nelas contidas são permanentemente reinventadas através do tempo (GOMES, 2002, p. 59).

Além de Angela de Castro Gomes, podemos citar rapidamente alguns outros trabalhos que devolveram aos trabalhadores a sua agência, a sua autonomia e a sua posição de atores históricos que lutaram e conquistaram direitos e a sua cidadania: Alexandre Fortes, Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa, Antonio Luigi Negro, Paulo Fontes, Marcelo Badaró Mattos, Ângela Araújo, Jorge Ferreira, entre outros.

Emília Viotti da Costa (2001, p. 29-30) lembra-nos também que a nova história do trabalho também “questionou a imagem tradicional de uma população rural passiva e reavaliou as relações entre o trabalho urbano e rural”, descrevendo “os migrantes rurais não como vítimas da manipulação e de líderes populistas carismáticos, e sim como atores históricos conscientes e autônomos, capazes de fazer opções racionais”.

Ademais, não podemos esquecer a contribuição da história cultural, particularmente o conceito de circularidade cultural de Carlo Ginzburg, que demonstra que as idéias não são produzidas apenas pelas elites e impostas de cima para baixo. Nessa perspectiva, citando Peter Burke, Jorge Ferreira (1997, p. 28) argumenta que “[...] as imagens, relatos e idéias dominantes não são aceitos passivamente pelos populares, mas interpretados, modificados e transformados: ‘As mentes das pessoas comuns não são como uma folha de papel em branco, mas estão abastecidas de idéias e imagens’”.

Conforme observou Emília Viotti da Costa (2001, p. 30-31), a nova história do trabalho demonstra como “os trabalhadores se apropriam dos símbolos da elite e lhes deram novos significados, empurrando o peronismo, o somozismo e o varguismo muito além dos



limites propostos pelas intenções dos líderes”. Dessa forma, mais uma premissa da teoria “clássica” do “populismo” é desmontada: a idéia de que um Estado, por meio da doutrinação e propaganda política, inculcava valores, crenças e idéias nas mentes das pessoas.

Portanto, por meio das novas perspectivas abertas pela influência thompsoniana e pela história cultural, a nova história do trabalho relativizou ou até mesmo atingiu duramente alguns dos pilares que sustentavam a teoria “clássica” do “populismo” – como, por exemplo, o viés estruturalista presente na teoria da modernização, a idéia da manipulação de uma massa passiva e sem consciência, a amplificação da propaganda política nas mentes das massas, etc... No entanto, nos discursos político-partidários, na mídia, em alguns círculos intelectuais e no senso comum da população, essa versão clássica parece imune às críticas e fortemente consolidada.

Por outro lado, nos círculos acadêmicos o debate envolvendo o conceito de “populismo” tornou-se um dos mais complexos, problemáticos e espinhosos da atualidade. Nesse sentido, poderemos encontrar tanto correntes que defendem o total abandono do conceito quanto os que defendem a sua utilização, porém, sem ancorar-se nas premissas clássicas da sua teoria.

O grupo que defende o abandono do conceito de “populismo” (capitaneado, sobretudo, por historiadores como Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho) destaca, entre outras coisas, a sua imprecisão conceitual e sua conotação pejorativa e desqualificadora. Para Jorge Ferreira,

(...) O populista é o adversário, o concorrente, o desafeto. O populista é o Outro. Trata-se de uma questão eminentemente política e, muito possivelmente, político-partidária, que poderia ser enunciada da seguinte maneira: o *meu* candidato, o *meu* partido, a *minha* proposta política não são populistas, mas o *teu* candidato, o *teu* partido e a *tua* proposta política, estes, sim, são populistas. Populista é sempre o Outro, nunca o Mesmo (FERREIRA, 2001, p. 124).

Por sua vez, Angela de Castro Gomes, em *A invenção do trabalhismo*, salienta que procurou rejeitar o uso do conceito de “populismo” e propôs a idéia do “pacto trabalhista” para refletir acerca das relações entre Estado e classe trabalhadora. Segundo a autora, esse pacto efetuado pelo povo e Getúlio Vargas começou a delinear-se a partir de 1942, com o



esforço do governo em estreitar os laços com os trabalhadores⁸ e em legitimar o Estado – e o próprio Vargas – como responsáveis pelas leis sociais (por meio da “ideologia da outorga”) e como protetores dos trabalhadores.

Ainda segundo a autora:

A proposta realizada [...] assinala que o discurso trabalhista, articulado em início dos anos 1940, apropria e ressignifica o discurso operário construído, de forma lenta e diversificada, nos anos da Primeira República. Os benefícios materiais “oferecidos” e implementados [...] serão “recebidos” e interpretados pela classe trabalhadora, que os apreenderá e os manejará segundo os termos de suas possibilidades e vivências. O pacto trabalhista, pensado ao longo do tempo, tem nele, de modo integrado, mas não redutível, tanto a palavra e a ação do Estado (que, sem dúvida, teve o privilégio de desencadeá-lo), quanto a palavra e a ação da classe trabalhadora, ressaltando-se que nenhum dos dois atores é uma totalidade harmônica, mantendo-se num processo de permanente re-construção (GOMES, 2001, p. 48).

Contudo, o pacto trabalhista proposto por Angela de Castro Gomes, difere-se do pacto “populista”, uma vez que constituía um “pacto de reciprocidade”, de “reconhecimento de valores”, de “gratidão” e de “retribuição” (que ganhou força em virtude da construção simbólica de Vargas no pós-1940), enquanto o pacto “populista” é apenas baseado em trocas utilitárias, em que ganhos materiais eram trocados por obediência política.

E mais, para Angela de Castro Gomes (2002, p. 67), o “populismo” é um mito político marcado pela “desesperança e o ceticismo”, que “rebaixa a sociedade brasileira”, enquanto o trabalhismo pode ser definido como uma tradição política (que, inclusive precedeu o próprio conceito de “populismo”). Conforme a autora:

O trabalhismo deve ser entendido como se constituindo de um conjunto de idéias, valores, símbolos, rituais e vocabulários que passa a se solidificar especificamente a partir da década de 1940. Desde então, começa a circular num circuito que comunica setores de elite com setores populares, ganhando sentidos específicos em cada um desses pólos, em diferentes conjunturas políticas. É evidente que, como ideologia e projeto políticos, o trabalhismo lança raízes na experiência do movimento operário e sindical da Primeira República, no sentido thompsoniano. Ou seja, se a tradição é inventada no pós-1930, não o é de forma fortuita, arbitrária e a partir do nada. Seu poder

⁸ Cf. GOMES (2005), em especial a sua análise sobre a atuação de Alexandre Marcondes Filho à frente do Ministério do Trabalho (de janeiro de 1942 a julho de 1945) e sobre as suas palestras semanais no programa *Hora do Brasil*, produzido pelo DIP e irradiado pela Rádio Nacional, onde enfocava, sobretudo, a história das leis sociais, apresentada como um presente doado pelo Estado e por Vargas, que, aliás, era representado “sempre sorridente, jovial, confiante – com a excepcionalidade da sua pessoa – o político capaz e reformador social”.



de significação e mobilização (a “comunidade de sentidos” que logrou estabelecer) veio justamente da releitura que as elites políticas do pós-1930 realizaram do que ocorreu no terreno das lutas dos trabalhadores, antes de 1930. [...] Ademais, pode-se verificar que, como tradição, o trabalhismo será apropriado e reinventado no pós-1945, tanto por setores sindicais e populares, quanto por setores das elites políticas, especialmente as dos partidos trabalhistas, com destaque para as do PTB (GOMES, 2002, p. 67-68).

Compartilhando dessa idéia, Daniel Aarão Reis Filho (2001, p. 345-346) argumentará que a tradição trabalhista (caracterizada pelas lutas sociais, pela defesa das bandeiras reformistas e nacionalistas, pela crescente participação das massas na política nacional, pelo estilo de fazer política de lideranças carismáticas, etc.) fora rebatizada de “populismo” pelos conservadores com o intuito de destruí-la e estigmatizá-la.

Seguindo esse horizonte, Angela de Castro Gomes irá propor substituir o conceito de “populismo” pelo de trabalhismo.

Por outro lado, também poderemos perceber que há uma corrente de historiadores que não descarta a utilização do conceito de “populismo”, embora desconsiderem algumas premissas da sua teoria “clássica”, como manipulação, passividade dos trabalhadores, falta de consciência de classe, etc. Dentre esses autores, podemos citar historiadores ligados à nova história do trabalho, como John French, Paulo Fontes, Hélio da Costa, Fernando Teixeira da Silva, Alexandre Fortes, entre outros.

Refratando a argumentação de Jorge Ferreira sobre a incompatibilidade entre as idéias thompsonianas e o conceito de populismo, Alexandre Fortes demonstrará que para Thompson o “populismo”

[...] designa a ênfase no protagonismo popular, uma perspectiva democrática radical (mas não ainda socialista) que distinguiu o movimento pela reforma política na Inglaterra em função da composição de sua base social e de sua trajetória histórica, ambas peculiares no período. Essa abordagem levanta a possibilidade de dissociarmos o conceito de “populismo” da idéia de “manipulação” ou “desvio de uma consciência política ideal” (FORTES, 2010, p. 190).

Por sua vez, Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa (2001, p. 224-225) identificam nas análises de Thompson sobre paternalismo uma chave para repensar o “populismo”:



Por outro lado, a obra de Thompson sobre paternalismo, cultura plebéia e estilo retórico e ritualístico da justiça na Inglaterra do século XVIII demorou a ser um convite para reproblematicar os “anos populistas”. Certamente, são flagrantes as diferenças entre as peculiaridades da sociedade inglesa dos setecentos e as condições históricas do populismo brasileiro. Porém, alguns princípios gerais da noção de hegemonia utilizada por Thompson permitem perceber como os trabalhadores retiravam da ideologia formal do “modelo paternalista” os recursos necessários às suas demandas e lutas, utilizando-o como algo que pertencia ao seu patrimônio adquirido. Se tal modelo era mais generalizante, a apropriação que dele era feita pelos “de baixo” tinha um caráter seletivo, aproveitando noções de justiça social e re-significando-as conforme suas experiências e expectativas.

O conceito de hegemonia tem permeado a maioria das análises sobre o populismo, mas trata-se, em geral, de uma “concepção de imposição hegemônica de dominação de classe como imposição absoluta de categorias ou de estruturas de dominação”, impedindo os trabalhadores de manifestarem idéias e ações que não congruentes com os termos dominantes. Pensar o populismo como uma relação de hegemonia significa, ao contrário, considerar as ambigüidades que lhe eram constitutivas como “um campo de força comum” no interior do qual os diferentes atores sociais “estavam aprisionados”.

Para Paulo Fontes e Adriano Duarte (2004, p. 111-112), o conceito de populismo

[...] ao invés de tomá-lo como um fenômeno imposto de fora para dentro da classe, ou como uma ideologia que implicaria a manipulação externa, ambos modos insatisfatórios de operar com conceitos históricos, parece adequado compreendê-lo como um sistema político. Ou seja, uma conjugação complexa e sofisticada de interesses e disputas entre atores desiguais, mas que não prescindia da reciprocidade e da negociação, na qual as classes populares estiveram presentes de forma decisiva.

Sem dúvida, estas propostas apresentadas, de viés thompsoniana, abrem um novo horizonte para o debate acerca do “populismo”. Nesse sentido, quero destacar dois pontos:

- a) A compreensão do “populismo” como um sistema político, em que há disputas, negociações e reciprocidade entre as diferentes classes ou atores sociais. Dessa forma, não há apenas um “jogo político” de manipulação, imposto de cima para baixo, mas um “jogo político” de mão-dupla.
- b) A utilização do conceito de hegemonia (não apenas como a imposição de uma classe sobre as outras) pode abrir novas perspectivas para o debate.

Ademais, outras possibilidades poderiam ser abertas se o debate sobre o “populismo” no Brasil dialogasse com as idéias de Ernesto Laclau. Conforme esse autor, “é possível definirmos conceitualmente o populismo não como um tipo de movimento – identificado com



uma base social especial ou mesmo com uma determinada orientação ideológica –, senão como uma lógica política” (LACLAU, 2005, p. 150).

Ainda segundo o autor, essa lógica política pode operar com bases sociais e orientações ideológicas distintas. Porém, surge em momentos de crise de hegemonia, quando as interpelações populares-democráticas não atendidas são articuladas por alguma classe ou fração de classe contra o bloco de poder dominante, em uma situação de crise deste, criando uma relação de equivalência entre estas demandas diante de um antagonista comum – o bloco de poder dominante.

Dessa forma, o “populismo”,

O populismo não é, em conseqüência, expressão do atraso ideológico de uma classe dominada mas, ao contrário, uma expressão do momento em que o poder articulatório desta classe se impõe hegemonicamente sobre o resto da sociedade (LACLAU, 1979, p. 201).

[...] o populismo não necessariamente implicaria uma manipulação cínica ou instrumental por parte dos políticos. Desse modo, o populismo não se caracteriza como uma “constelação fixa”, mas sim como um arsenal de ferramentas retóricas (“significantes flutuantes”) que podem ter os usos ideológicos mais diversos (LACLAU, 2005, p. 237).

Enfim, as análises de Laclau, definindo o “populismo” não como um movimento político, mas como uma lógica política, podem trazer importantes contribuições para o debate sobre o “populismo” no Brasil.

2. Considerações Finais: a operacionalidade do conceito de populismo

Primeiramente, podemos concluir que, apesar da força que ainda possui na mídia, no discurso político-partidário, nos meios acadêmicos e no próprio senso comum da população, o conceito de “populismo”, na sua versão clássica, parece-me superado e não capaz de explicar satisfatoriamente, pelos motivos que já elencamos ao longo do trabalho, a história brasileira a partir de 1930 e, sobretudo, o período democrático de 1945-1964.

Por outro lado, a possibilidade de substituir o conceito de “populismo” por trabalhismo também me parece pouco operacional, uma vez que limitar-se-á somente ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Como poderemos explicar, por exemplo, fenômenos como o adhemarismo e o janismo?



Diante disso, creio que duas possibilidades que se abrem para a operacionalização do conceito de “populismo” seriam por meio do viés thompsoniano (como vêm realizando historiadores como Alexandre Fortes, Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa, Paulo Fontes, entre outros) ou por meio das propostas de Ernesto Laclau.

No entanto, ainda há muito a ser refletido sobre esse conceito, o que se constitui em um grande desafio para historiadores, sociólogos e cientistas políticos.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo.

Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-60.

COSTA, Emilia Viotti da. Experiência versus estruturas. Novas tendências na história do trabalho e da classe trabalhadora na América Latina – o que ganhamos? O que perdemos? **História – Unisinos**, 2001, p. 17-51.

COSTA, Hélio da. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da; FONTES, Paulo (Orgs.). **Na luta por direitos**: estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Unicamp, 1999, p. 87-121.

DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Moca e São Miguel Paulista, 1947-1953. **Caderno AEL**. Campinas: Unicamp, v. 11, n. 20/21, 2004, p. 87-122.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**: o imaginário popular (1930-1945). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 60-124.



FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da; FONTES, Paulo (Orgs.). **Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho**. Campinas: Unicamp, 1999.

FORTES, Alexandre. Formação de classe e participação política: E. P. Thompson e o populismo. **Anos 90**. Porto Alegre: UFRGS, v. 17, n. 31, p. 173-195, jul. 2010.

GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-58.

GOMES, Angela de Castro. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. **Varia História**, Belo Horizonte, nº 28, dezembro 2002, p. 55-68.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. [1ª edição de 1988].

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. [1º edição de 1968].

IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. “O populismo sindical: um conceito em questão”. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter (Orgs.). **Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 30-49.

NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. **Caderno AEL**. Campinas: Unicamp, v. 11, n. 20/21, 2004, p. 11-38.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319- 377.

SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 205-272.



THOMPSON, Edward P. **A Miséria da Teoria, ou um planetário de erros.** Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** 4. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989. [1ª edição de 1978].

Recebido em Setembro de 2011
Aprovado em Outubro de 2011